ENTRE A EXPRESSÃO E A MERCADORIA: MÚSICA, DESIGUALDADES E INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL

Luciana Pereira Cruz
Universidade Estadual da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-8826-6892
Endereço eletrônico: lpcruz@uneb.br

Laislla Sousa Lima
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-3512-1418
Endereço eletrônico: laisllasousa9@gmail.com

Palavras-chave: música popular brasileira; indústria cultural; desigualdades sociais; resistência cultural; memória social.

INTRODUÇÃO

A música ocupa um lugar singular na vida social. Ela acompanha experiências individuais e coletivas, atravessa gerações, preserva memórias e produz formas de compreender o mundo. Mais do que entretenimento, a música constitui uma manifestação cultural capaz de expressar conflitos, denunciar desigualdades e elaborar narrativas sobre a realidade vivida por diferentes grupos sociais. No contexto brasileiro, marcado por profundas contradições históricas decorrentes da colonização, da escravidão e da formação desigual do capitalismo, a música popular tornou-se um importante espaço de construção de memórias, identidades e resistências.

Entretanto, compreender a música apenas como reflexo da sociedade significa ignorar parte de sua complexidade. As canções representam experiências sociais, mas também participam ativamente da produção de sentidos sobre essas experiências. Como afirma Darcy Ribeiro (1995), a formação do povo brasileiro resulta de processos históricos marcados por conflitos, violências e resistências que permanecem presentes nas manifestações culturais contemporâneas. Nesse sentido, a música torna-se um espaço privilegiado para observar como diferentes sujeitos elaboram suas vivências diante das desigualdades que estruturam a

sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, a música não existe fora das relações econômicas que organizam a cultura na contemporaneidade. Sua produção, circulação e consumo ocorrem no interior de uma indústria cultural que transforma expressões simbólicas em mercadorias. Dessa forma, a música apresenta uma condição contraditória: pode funcionar como instrumento de crítica social e resistência, mas também está submetida às dinâmicas de mercado que regulam sua visibilidade e alcance. Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre como a música popular brasileira atua simultaneamente como instrumento de leitura crítica das desigualdades sociais e como elemento integrante das estruturas culturais e econômicas do capitalismo contemporâneo. Busca-se compreender de que maneira determinadas canções transformam experiências históricas de exclusão em narrativas coletivas, ao mesmo tempo em que circulam por mecanismos de mercado que influenciam sua produção e recepção social.

METODOLOGIA

Por conseguinte, a pesquisa é de caráter qualitativo e foi fundamentada na análise interpretativa de produções musicais da Música Popular Brasileira (MPB), compreendidas como fenômenos culturais inseridos em contextos históricos, sociais, políticos e econômicos específicos. No eixo metodológico principal, utiliza-se a etnomusicologia, perspectiva que reconhece a música como prática social e cultural, permitindo compreender as relações entre as obras musicais e os contextos nos quais são produzidas, difundidas e apropriadas.

Nesse sentido, foram selecionadas as canções “Índios” (Legião Urbana), “Nos Barracos da Cidade” (Gilberto Gil), “14 de Maio” (Lazzo Matumbi) e “Cota Não é Esmola” (Bia Ferreira), por abordarem diferentes dimensões das desigualdades presentes na sociedade brasileira. A análise considerou não apenas os conteúdos líricos das obras, mas também seus contextos históricos de produção e circulação, buscando compreender as formas pelas quais essas músicas articulam memória, experiência social e crítica política.

Por este viés, o estudo dialoga com as contribuições de Darcy Ribeiro (1995; 2015), Clóvis Moura (2023), Frantz Fanon (2020), Sérgio Miceli (2001), Zygmunt Bauman (2012) e César Bolaño (2000; 2015), principalmente pelas reflexões desses autores possibilitarem compreender a cultura como espaço de disputa simbólica, atravessado simultaneamente por

processos de dominação e resistência, além de tratar sobre a indústria cultural e mercantilização da cultura que permitem analisar a música como produto inserido nas dinâmicas de acumulação do capitalismo contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Subsequentemente, a análise das canções evidencia que a música popular brasileira constitui um importante espaço de elaboração crítica das desigualdades que marcam a formação social do país. Em "Índios", a memória da colonização aparece associada à violência, ao apagamento histórico e à expropriação dos povos originários. A canção questiona narrativas tradicionais sobre a construção da nação brasileira e aproxima-se das reflexões de Darcy Ribeiro acerca dos processos históricos que constituíram o povo brasileiro a partir de relações profundamente desiguais de poder.

Nessa perspectiva, em "Nos Barracos da Cidade", Gilberto Gil apresenta a desigualdade urbana como resultado de processos estruturais de exclusão social. A precariedade das condições de vida surge como expressão concreta de uma sociedade marcada pela concentração de renda e pela distribuição desigual dos direitos. Já em "14 de Maio", Lazzo Matumbi evidencia a permanência das desigualdades raciais após a abolição formal da escravidão, reforçando as análises de Clóvis Moura sobre a continuidade dos mecanismos de marginalização da população negra no Brasil. Por sua vez, "Cota Não é Esmola" denuncia os obstáculos enfrentados por estudantes negros no acesso ao ensino superior, problematizando discursos meritocráticos que desconsideram as desigualdades historicamente construídas.

Todavia, as músicas falam sobre desigualdades, mas também circulam em estruturas sociais atravessadas pelas mesmas desigualdades que denunciam. Nesse sentido, as contribuições de César Bolaño permitem compreender que a música integra a lógica da indústria cultural, tornando-se simultaneamente expressão simbólica e mercadoria. Sua produção, divulgação e circulação dependem de mercados, plataformas, gravadoras, mecanismos de financiamento e sistemas de comunicação que operam segundo interesses econômicos específicos.

Assim, essa condição torna a música um espaço profundamente contraditório. Ao mesmo tempo em que determinadas canções produzem leituras críticas sobre o racismo, a

pobreza ou a exclusão social, sua visibilidade depende das estruturas que organizam o mercado cultural. Nem todas as músicas alcançam os mesmos públicos, da mesma forma que nem todos os sujeitos possuem acesso igualitário aos bens culturais. O acesso à música também é atravessado pelas desigualdades de classe, renda, escolarização, conectividade digital e capital cultural.

Outrossim, essa questão torna-se particularmente relevante no contexto das plataformas digitais. Embora elas ampliem as possibilidades de circulação das produções culturais, também estabelecem novos mecanismos de hierarquização da visibilidade por meio de algoritmos, estratégias de mercado e concentração econômica. Desse modo, a indústria cultural contemporânea participa da construção das condições pelas quais determinadas narrativas alcançam reconhecimento social enquanto outras permanecem marginalizadas.

Contudo, reduzir a música à condição de mercadoria significaria ignorar sua potência social. As canções analisadas demonstram que a cultura continua sendo um importante espaço de elaboração das experiências coletivas e de construção de formas de resistência. Como apontam Fanon e Moura, as expressões culturais historicamente constituíram importantes instrumentos de enfrentamento dos processos de desumanização produzidos pelo racismo e pela exclusão social.

Dessa forma, a música popular brasileira revela-se um campo permanente de disputa. De um lado, encontra-se inserida em uma estrutura econômica orientada pela mercantilização da cultura; de outro, preserva a capacidade de produzir memórias, questionamentos e formas de resistência. É precisamente nessa tensão entre mercado e crítica social que reside parte significativa de sua relevância para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea.

CONCLUSÕES

De maneira conclusiva, a música popular brasileira constitui uma importante ferramenta de interpretação da realidade social, permitindo compreender processos históricos e desigualdades que permanecem estruturando a sociedade brasileira. As canções analisadas demonstram que questões relacionadas à colonização, ao racismo estrutural, à exclusão urbana e às desigualdades educacionais continuam presentes nas experiências cotidianas de amplos setores da população.

Entretanto, o estudo evidencia que a música não deve ser compreendida apenas como

representação dessas realidades. Enquanto manifestação cultural inserida nas dinâmicas da indústria cultural, ela participa ativamente da produção de sentidos, da construção de identidades e da circulação de narrativas sobre o mundo social.

Assim, a música revela-se como um espaço de tensão entre mercantilização e resistência. Compreendê-la a partir dessas contradições permite não apenas interpretar a sociedade brasileira, mas também refletir sobre os limites e as possibilidades da cultura como prática de resistência em um contexto marcado pela expansão das lógicas capitalistas sobre a vida social.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOURA, C. **História do Negro Brasileiro.** 1. ed. São Paulo: Dandara Editora, 2023.

NEDER, A. **O Estudo Cultural Da Música Popular Brasileira**. Per Musi, Belo Horizonte, n. 22, 2010, p. 181-19.